

ASPECTOS ÉTICOS, PSICOLÓGICOS E LEGAIS NA HARMONIZAÇÃO FACIAL:

Uma análise dos desafios profissionais na era da imagem.

Maruedes Amador Da Silva Filho¹

Fideles Castro Ferreira Martins²

Isadora Maria Ribeiro Araújo³

Felipe Cristiano Follmann⁴

Willian Manente⁵

Carine Campos⁶

RESUMO

A harmonização facial consolidou-se nos últimos anos como um dos procedimentos estéticos mais procurados, impulsionada pela cultura da imagem e pela influência das redes sociais. Este trabalho teve como objetivo revisar a literatura contemporânea sobre os aspectos éticos, psicológicos e legais da harmonização facial, reunindo publicações entre 2019 e 2024. Foi realizada uma revisão bibliográfica por meio de pesquisas no Google Acadêmico, contemplando estudos relacionados à responsabilidade profissional, impactos emocionais e regulamentação. As evidências apontam que alterações na autoimagem podem favorecer expectativas irreais e insatisfação com os resultados, exigindo sensibilidade do profissional diante dos fatores psicológicos envolvidos. Do ponto de vista ético, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permanece como instrumento fundamental para assegurar autonomia e compreensão sobre riscos e limitações. Já no âmbito legal, normas intensificadas a partir de 2020 têm definido limites de atuação e promovido maior segurança. Conclui-se que a harmonização facial deve ser conduzida com responsabilidade, prudência e embasamento ético e jurídico, garantindo resultados realistas, seguros e alinhados ao bem-estar do paciente.

Palavras-chave: *Harmonização Facial; Ética; Legislação; Psicologia.*

¹ Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia.

² Docente do curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia, especialista em Ortodontia Instituto Peres Goiânia, especialista em Harmonização Orofacial Inovare São Paulo, mestranda em Odontologia.

³ Docente do curso de Medicina da Unievagética em Anápolis, pós-graduando em Cosmiatria, Cirurgia Ambulatorial e Estética Avançada Goiânia.